

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.278 - RS (2018/0314045-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - RS095803A
AGRAVADO : PAULO ROBERTO STEFFANELLO
ADVOGADOS : RICARDO HERMANY - RS040692
EDUARDO PIRES E OUTRO(S) - RS075548
DIOGO FRANTZ - RS078831
MARLUCI OVERBECK - RS088467
JOSÉ ARTHUR AREND TREPTOW - RS106153

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (e-STJ, fls. 217-228) que, relativamente ao recurso especial apresentado: *i) negou-lhe seguimento*, quanto às questões da legitimidade ativa, da eficácia territorial da sentença coletiva, da prescrição dos encargos acessórios (juros remuneratórios e correção monetária) e do termo inicial dos juros moratórios, com base na conformidade do acórdão recorrido com as teses firmadas nos julgamentos dos recursos repetitivos REsps 1.391.198/RS, 1.107.201/DF e 1.370.899/SP; e *ii) inadmitiu-o*, pelos seguintes motivos: *a) incompetência do STJ para apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais; b) necessidade de revisão do acervo fático-probatório, proibido nos termos Súmula 7/STJ, sobre a necessidade de prévia liquidação da sentença; e c) ausência de prequestionamento das demais alegações acerca da aplicação dos juros remuneratórios e atualização com base em expurgos inflacionários posteriores, nos termos dos óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.*

Nas razões do presente agravo (e-STJ, fls. 233-260), a parte agravante alega: *a) ausência de título executivo; b) a ilegitimidade ativa da parte exequente e a ineficácia territorial da sentença coletiva exequenda; c) prescrição da pretensão ao recebimento de juros e de correção monetária; d) o afastamento dos juros moratórios, notadamente por sua incidência a partir da citação na fase de cumprimento individual da sentença, em vez da citação na fase de conhecimento; e) impossibilidade de inclusão nos cálculos de juros remuneratórios e expurgos posteriores não contemplados pelo título exequendo; e f)*

necessidade de liquidação da sentença coletiva previamente à sua execução, a fim de ser demonstrada a titularidade e o montante do crédito.

Contraminuta apresentada às fls. 274-295 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é incabível a interposição do agravo do agravo em recurso especial contra decisão denegatória de seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e proferida após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), pois o único recurso cabível é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, **Terceira Turma**, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro **Raul Araújo**, **Quarta Turma**, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. **Ministra Maria Thereza de Assis Moura**, **Sexta Turma**, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Desse modo, considerando que a decisão agravada publicada em 24/9/2018 (e-STJ, fl. 229) está fundamentada na conformidade do acórdão recorrido com precedentes firmados em julgamentos de recursos repetitivos, **não é possível o conhecimento do presente agravo** acerca da **legitimidade ativa, da eficácia territorial da sentença coletiva, da prescrição dos encargos acessórios** (juros remuneratórios e correção monetária) e do **termo inicial dos juros moratórios**, tópicos objeto da **negativa de seguimento do recurso especial**.

Quanto à motivação de **inadmissão do recurso especial**, o agravo igualmente não pode ser conhecido.

Com efeito, o agravo previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pelo Tribunal de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, o agravante demonstre expressamente o desacerto da decisão agravada, impugnando de forma específica a integralidade de seus fundamentos.

Desse ônus, contudo, não se desincumbiu a agravante, tendo apresentado alegações que, como visto, limitaram-se a defender teses próprias do recurso especial, sem, contudo, atacar os fundamentos remanescentes da decisão agravada, quais sejam: *a)*

incompetência do STJ para apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais; e *b*) ausência de prequestionamento.

Incide, na hipótese, a previsão contida no art. 932, III, do CPC/2015, segundo a qual incumbe ao relator não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida e, ainda, por analogia, o princípio cristalizado na Súmula 182/STJ, que reputa inviável o agravo do art. 1.042 do Código de Processo Civil (art. 545 do CPC/1973) que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Nesse sentido, as seguintes decisões, sem grifos no original:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS EM CONFRONTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

I - Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática de indeferimento liminar dos embargos de divergência, diante da ausência de similitude fática entre o acórdão embargado e o julgado paradigma e incidência da súmula 168 do STJ.

II - Descumpre o art. 1.021, § 1º, do CPC e a Súmula nº 182 do STJ, o agravo interno que não impugna integralmente os fundamentos da decisão agravada.

III - A teor do enunciado contido na Súmula n. 182 do STJ, é inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes.

IV - A ausência de similitude fática impede o comparativo entre acórdão embargado e paradigma de modo a obstar a configuração do dissídio jurisprudencial supostamente alegado pela parte.

Agravo Interno não provido.

(AgInt nos EAREsp 1.040.547/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2017, DJe 06/02/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE PROFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO.

AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, as razões do

Superior Tribunal de Justiça

agravo em recurso especial devem infirmar os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, proferida pelo Tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do reclamo por esta Corte Superior, nos termos do artigo 932, III, do CPC/2015 (artigo 544, § 4º, I, do CPC/1973).

2. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovemento do agravo interno em votação unânime. A condenação dos agravantes ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada.

3. Conforme entendimento desta Corte: "A interposição de recursos cabíveis não [implica] em litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 4/12/2012).

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 993.261/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator